



## **Ata da Reunião do Grupo Executivo do Comitê Interministerial para Governo Aberto**

**Local:** Auditório do edifício sede da CGU

**Data:** 8 de abril de 2013

**Horário:** 9h às 12h

- **Membros do Grupo Executivo do CIGA:**

- Carlos Higino Alencar, Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, que presidiu a reunião;
- Diogo Sant'Ana, Secretário Executivo Secretaria Geral da Presidência da República;
- Aldino Graef, Assessor Especial da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais (SAG) da Casa Civil da Presidência da República;
- Felipe Taufik Daud, Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil;
- Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Victor Pimenta, Gestor do Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, cedido ao Ministério da Justiça;
- Ministro Carlos Perez, Coordenação-Geral de Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores;

- Fabiana Vieira Lima, Assessora Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda.
  
- Demais presentes:
  - Pedro Pontual, Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República;
  - Loreni Foresti, Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG;
  - Fernanda Machiaveli, chefe de gabinete da secretaria executiva da Secretaria Geral da Presidência da República;
  - Ricardo Poppi, Coordenador de Novas Mídias e outras Linguagens de Participação da Secretaria Geral da Presidência da República;
  - Iara Pietricosvsky, assessora do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC);
  - Iradj Eghrari, gerente-executivo da ONG Ágere Cooperação em Advocacy; membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
  - Elda Mariza Fim, voluntária da ONG Moral;
  - Roberta Solis Ribeiro, Assessora para Assuntos Internacionais da CGU;
  - Fábio k Fornazari, assessor da Secretaria Geral da Presidência da República;
  - Neide de Souza, representante do INESC
  - Cláudia Taya, Diretora de Prevenção da Corrupção/CGU;
  - Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Inovação em Governo Aberto/CGU;
  - Felipe R Freire, Analista de Finanças e Controle/CGU;
  - Tamara Figueirôa Bakuzis, Analista de Finanças e Controle/CGU;
  - Leandro Souza, Analista de Finanças e Controle/CGU;
  - Camila Augusto, Analista de Finanças e Controle/CGU;
  - Sérgio Roberto Reis, Analista de Finanças e Controle/CGU;
  - Júlia Oliveira, Analista de Finanças e Controle/CGU;

## **I. ABERTURA**

**Secretário-Executivo da CGU, Carlos Higino:** saudou a presença de todos e agradeceu a participação da sociedade civil.

## **II. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO**

O **Secretário Executivo da CGU, Carlos Higino**, explicou que o Governo agora está na fase de consolidação de compromissos para a elaboração do Segundo Plano de Ação para o Governo Aberto, que precede a etapa final de aprovação dos compromissos pelo Comitê Interministerial para Governo Aberto. Posteriormente, ele explicou como foi feito o processo de construção do segundo Plano de Ação brasileiro. Higino enfatizou a participação da sociedade civil no processo de elaboração do novo Plano que, por meio de debates (virtual e presencial), priorizou 32 propostas. Ele informou que os órgãos avaliaram as sugestões de compromissos provenientes dos diálogos com a sociedade e decidiram quais delas poderiam ser acatadas, integral ou parcialmente, considerando múltiplos critérios.

Higino destacou que os órgãos do Poder Executivo Federal também elaboraram propostas por iniciativa própria para composição do 2º Plano de Ação Brasileiro. Ao todo, 49 propostas foram apresentadas pelo Governo e 21 vieram da sociedade civil e foram acatadas pelos órgãos, ou seja 30%.

O Secretário-Executivo explicou que todas as propostas enviadas pelos órgãos, quer apresentadas por iniciativa própria, quer em adesão às demandas da sociedade, foram analisadas pela Controladoria-Geral da União, coordenadora do Grupo Gestor do CIGA, com o objetivo de verificar sua aderência aos princípios, aos desafios e aos critérios de concretude requeridos pela OGP. Para finalizar, Higino afirmou que 68 propostas foram consideradas elegíveis e duas, inelegíveis. Além disso, ele lembrou que cinco compromissos do primeiro Plano de Ação Nacional serão incorporados ao novo Plano.

Durante a apresentação, Higino divulgou, ainda, os prazos para as próximas atividades que deverão ser realizadas pelo Grupo Executivo do CIGA e pela equipe técnica. Entre elas estão: decisão do Grupo Executivo sobre as propostas, 12 de abril; consolidação da minuta do Plano de Ação, 16 de abril; aprovação do Plano pelo CIGA (ad referendum), 19 de abril; apresentação

do Plano de Ação à OGP, 22 de abril; publicação do Plano, 06 de maio; divulgação da exposição de motivos dos órgãos, 06 de maio.

Após a apresentação, Higino concedeu a palavra aos demais membros do Grupo Executivo do Comitê Interministerial para Governo Aberto para manifestação.

**Diogo Sant'Ana, Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República,** ressaltou que o processo de elaboração do 2º Plano de Ação está bem encaminhado. No entanto, ele acredita que algumas propostas ainda precisam ser melhor detalhadas. Sant'Ana destacou a importância da participação da sociedade no processo de elaboração do segundo Plano de ação para o Governo Aberto, assim como a aderência dos órgãos. Avaliou como positivo o aumento da quantidade de compromissos que o Brasil pretende lançar neste 2º Plano (36 a mais que no primeiro Plano). Em seguida, afirmou que ainda há necessidade de ajustes nas propostas oriundas com os diálogos com a sociedade para que detalhes técnicos possam ser sanados. Ele comprometeu-se a detalhar os compromissos até quarta/quinta-feira.

**Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva do MPOG,** reforçou a importância do diálogo com a sociedade. Afirmou que é necessário realizar alguns ajustes e melhorias no processo de elaboração do Plano, para que algumas ações possam ser monitoradas apropriadamente. Para ela, é necessário estabelecer metas claras para que as propostas não fiquem apenas no papel. Miriam Chaves falou sobre a importância do CIGA em se reunir com mais frequência. Para finalizar, ela sugeriu que fossem feitas reuniões com caráter didático para explicar para a sociedade civil as limitações do Poder Executivo em cumprir algumas propostas apresentadas. Como exemplo, citou a necessidade de explicarmos o papel do Poder Executivo e o que se pode fazer em relação a propostas como o Financiamento Público de Campanha, que envolve competências dos poderes Legislativo e Judiciário.

**Ministro Carlos Perez, Coordenação-Geral de Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores,** cumprimentou a CGU pelos esforços de compilação e avaliação das propostas. Destacou que é preciso refletir com precisão, em eventual documento a ser apresentado internacionalmente, a posição dos diversos órgãos do Governo em relação às propostas. O ministro deu o seguinte exemplo: no documento de trabalho constou que a

Secretaria de Direitos Humanos (SDH) teria rejeitado a proposta de regulamentação da Convenção 169 da OIT, sem esclarecer que a rejeição se deu em razão da falta de competência da Secretaria para dar seguimento à proposta da sociedade civil, que foi acatada pelo MRE e pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

**Aldino Graef, Assessor Especial da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais (SAG) da Casa Civil da Presidência da República**, elogiou o trabalho que está sendo realizado em conjunto com a sociedade civil. Disse que é necessário aprofundar as discussões sobre as propostas e a compreensão sobre as metas e a articulação dos atores governamentais. Aldino afirmou, também, que é necessário repensar a adesão às propostas que preveem a apresentação de projetos de lei. O assessor da Casa Civil acha ser difícil para o Governo Federal assumir esse tipo de compromisso, que depende de tramitação no Poder Legislativo. “Podemos assumir o que está em nosso controle”, disse. Aldino destacou a dificuldade em cumprir o prazo de dois anos para os compromissos do Plano de Ação, quando eles dependerem do Legislativo. Para finalizar, Aldino, sugeriu que sejam realizadas reuniões técnicas sobre determinadas propostas.

**O Secretário Executivo da CGU, Carlos Higino**, explicou que o objetivo da reunião é dar uma visão geral das propostas aos órgãos. Referindo-se à fala do representante da Casa Civil, disse que não considera a necessidade de apresentação de projeto de lei como fator impeditivo para adesão a uma proposta. O secretário-executivo enfatizou que muitas das propostas que preveem a apresentação de projetos de lei são aguardadas, com expectativa, pelos atores internacionais. Disse que o prazo é exíguo, mas que os órgãos devem enviar ponderações sobre as propostas no máximo até a reunião de fechamento, que será no dia 12 de abril.

**Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva do MPOG**, sugeriu que fossem feitas reuniões para a apresentação das ponderações, em vez de que cada órgão faça sua observação separadamente.

**Higino**, afirmou não haver vedação à realização de uma nova reunião. Destacou, no entanto, que muitas propostas polêmicas foram acatadas parcialmente. Deu como exemplo a proposta

que envolve os Tribunais de Contas, que foi pauta da mídia na semana passada. Disse que a CGU não exerce censura às demandas da sociedade civil e que tal proposta foi parcialmente acatada, mas, obviamente, não na parte em que a sociedade civil propõe a extinção de alguns Tribunais de Contas. Destacou que a CGU deixou claro seu ponto de vista sobre o assunto. Ressaltou, novamente, que acha que não devem ser excluídas, a priori, as propostas que envolvem projetos de lei.

**Aldino Graef, da Casa Civil**, falou sobre a proposta de proteção a pessoas ameaçadas. Disse que a proposta prevê a criação de um marco legal para regular a transferência de recursos para o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. Considerando o prazo de dois anos exigido pela OGP, o representante da Casa Civil considera difícil a realização desse compromisso. Seria necessário mais tempo do que o previsto, levando em conta o atual nível das discussões sobre o assunto. Além disso, o representante falou sobre a proposta de integração da Auditoria do SUS à SFC. “Seria uma articulação ou integração?”, questionou. Caso seja uma integração, o representante afirmou que seria necessário um debate mais técnico e profundo sobre o tema.

**Higino** disse que conversou com a secretária-executiva da SDH e que ela afirmou que a discussão sobre a reforma dos programas de proteção a pessoas ameaçadas estaria em estágio avançado. “Precisamos nos comprometer com o que está ao nosso alcance”, disse. Essa proposta atenderia a algumas convenções com as quais o Brasil está em débito, como as da ONU e da OEA. De acordo com Higino, há uma confluência de interesses entre governo e sociedade.

**Victor Pimenta, gestor no Ministério da Justiça**, disse que as propostas precisam passar por alguns ajustes. Ele afirmou que em algumas situações o Ministério da Justiça “falhou”. Afirmou ainda que o ministério deverá rever alguns compromissos que foram rejeitados ou acatados parcialmente. Ele afirmou que tiveram pouco tempo para trabalhar. Mas afirmou que, até o final da semana, o ministério irá revisar algumas de suas propostas para melhor adequação.

O **secretário-executivo da CGU, Higino**, ressaltou que é importante tornar algumas propostas exequíveis. Antes de finalizar, solicitou aos órgãos que encaminhem suas sugestões o mais rápido possível. Ele pediu que as sugestões fossem encaminhadas tão logo identificadas, não

sendo necessário compilá-las todas em um documento, para só então enviá-las à CGU. As sugestões podem ser encaminhadas uma a uma. Higino explicou que, assim, a equipe técnica consegue dar andamento no trabalho. De acordo com Higino, a ideia é que até dia 12 de abril haja um mapeamento das ponderações dos órgãos.

### **III. ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o **Secretário Executivo Carlos Higino** agradeceu à presença de todos e encerrou a sessão, lembrando que a próxima reunião acontecerá na sexta, dia, 12 de abril, às 16h.



REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DO  
COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA GOVERNO ABERTO

08/04/2013

- Lista de Presença membros do Grupo Executivo do CIGA -

NOME	Órgão	Assinatura
Carlos Higinio Alencar	CGU	
Diogo Sant'Ana	Secretaria Geral da Presidência da República	
Aldino Graef	Casa Civil	
Felipe Taufik Daud	Casa Civil	
Mayra Cotta Cardozo de Souza	Casa Civil	
Ministro Carlos Perez	Ministério das Relações Exteriores	
Rodrigo Povo Soares	Ministério das Relações Exteriores	
Nelson Barbosa	Ministério da Fazenda	Fabiana V. Lima (suplente)
Miriam Barbuda Fernandes Chaves	MPOG	
Victor Pimenta	Ministério da Justiça	





REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DO

COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA GOVERNO ABERTO

- Lista de Presença demais membros da reunião do Grupo Executivo do CIGA -

NOME	Cargo	Assinatura
Fabiana V. Lima	AECI/INF	Fabiana
Felipe R. Freire	AFC/CGU	Felipe
Leandro Souza	AFC/CGU	Leandro
Ramila Augusto	AFC/CGU	Ramila Augusto
Samara F. Baruzzi	AFC/CGU	Samara F. Baruzzi
Sebastião Ribeiro	AFC/CGU	Sebastião
Júlia Oliveira	AFC/CGU	Júlia
Paula Pontual	DPS/SNAS/SG (diretor)	Paula Pontual
Fabio K. Fornazari	SE/SG/PR	Fabio
ROBERTA SALLIS RIBEIRO	ASNT/CGU	Roberta
NEIDE DE SORDI	OBP - Sec. Civil	Neide de Sordi
Igori Foresti	SLTI/IMP	Igori Foresti
Simone Trachianli	SG/PR	Simone
Ricardo Pappi	SG/PR	Ricardo
IRINA PIETRICOVSKY	INESC	Irina
IRADJ EGHARI	CONTUVE/AGERE	Iradj
Erda Maniza V. Faria	Voluntária ONG MORAL	Erda